

**CAPÍTULO
2****MULHERES PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA E PSICOLOGIA: ARTESANIA COM MEMÓRIAS-ARQUIVOS NAS AMAZÔNIAS**

Flávia Cristina Silveira Lemos
Dolores Cristina Gomes Galindo
Daniele Vasco Santos
Adriana Helena Moraes e Moraes
Ana Carolina Farias Franco

INTRODUÇÃO

Este capítulo nasce do interesse em pensar os protagonismos das mulheres, na interface da História Oral com a Psicologia e a Antropologia para traçar movimentos que têm reivindicado o trabalho com memórias orais de grupos que foram alvo de invisibilidade ou de desqualificação historicamente, em função de arquivos oficiais não trazerem os feitos de mulheres como importantes nas Amazônias e em outros territórios, como o Pantanal, por exemplo. Pensar a transdisciplinaridade no campo epistemológico e nas conversas múltiplas de saberes, conceitos, teorias e práticas sociais é um desafio relevante na atualidade e uma demanda que se faz pelas preocupações éticas, estéticas e políticas diante das intolerâncias vividas na sociedade que não podem mais ser ignoradas e, muito menos, repetidas, banalizadas e naturalizadas.

Assim, busca-se colocar em xeque a versão da História tradicional que só valorizava os documentos do Estado, produzindo apagamentos das existências de quem era classificado como estando em condição de subalternidade. Também vale salientar que é crucial criar insurgências contra a escrita que só registrava infâmias e desvios sociais das pessoas e grupos que eram vistos e tratados como não humanos, como menos cidadãos, como não importantes e cujos fazeres eram definidos como irrelevantes para a sociedade. A partir da década de 60, no século XX, a História Cultural como terceira geração do Movimento da Escola dos Annales passou a questionar as ausências, silêncios, interdições e limites da historiografia e das maneiras de fabricar arquivos e de estudá-los. As metodologias usadas para analisar fontes documentais eram in-

terrogadas e os temas que eram pesquisados também passaram a ser alvo de problematização (FARGE, 2009; 2011).

Desse modo, busca-se, com este artigo, construir um texto que aborda novas maneiras de usar os arquivos, discussões a respeito do uso de memórias orais como fontes e a ampliação dos temas e das abordagens dos estudos históricos em diálogo com a História, com Psicologia e a com a Antropologia, sobretudo, dando ênfase à escrita de mulheres e a seus protagonismos.

MULHERES QUE FAZEM E ESCREVEM HISTÓRIA A PARTIR DOS SEUS LUGARES DE FALA

Falar das memórias era algo bastante comum nas comunidades que faziam a transmissão de suas culturas de modo oral. Também era uma maneira de aproximar pessoas e criar vínculos, compartilhar saberes e realizar a educação popular e informal, como luta e afeto nas sociabilidades (MATTOS, 2016). Assim, há uma questão ética de trazer a importância da análise das memórias de mulheres que foram silenciadas e apagadas na História. Ribeirinhas, quebradeiras de coco, marisqueiras, artesãs, cozinheiras, vendedoras de ervas, parteiras, merendeiras, professoras da educação básica e tantas outras que não aparecem em seus feitos e trajetórias positivas, no cotidiano das práticas que produzem realidades singulares. A reparação feita por uma Antropologia da demanda de mulheres e por meio da oralidade que é trazida pelas mesmas nas suas práticas sociais é uma política de reparação (SEGATO, 2021). No mesmo movimento, Paredes (2020) relata que é preciso escutar a diferença dos feminismos latino-americanos e negros para descolonizar o conhecimento acadêmico dos feminismos brancos acadêmicos que perpetuaram valores bacharelescos e da cultura de letras no regime de escrita que era fruto de uma gramática de colonialidades.

Paredes (2020) assinala que as histórias de mulheres e sobre elas precisa ser contada com novas inflexões em que se possa ativar a multiplicidade de existências territoriais e culturais que não se restringem aos modelos europeus e intelectuais ou de gestoras do conhecimento que tomavam apenas as falas de mulheres brancas universitárias como válidas para falar sobre feminismos e modos de vida na esfera de gênero, sexualidade, território, raça/

etnia, faixa etária, saberes, poderes e classe social. No campo da Psicologia, vale destacar que tanto na pesquisa quanto no exercício profissional é significativo pensar as memórias de mulheres e a oralidade, pela via da escuta e da escrita com o objetivo não apenas de proliferar conhecimentos, mas de gerar saúde mental e coletiva, na medida em que a escrita de si das mulheres, como arquivo biográfico e autobiográfico, permite uma análise singular dos modos de existência que possibilita criar outros olhares e perspectivas de trabalho com as histórias de vida, em termos psicossociais.

Tomar a palavra e a política da escrita, ocupar os espaços de pesquisa e de gestão com mulheres que resistem ao patriarcado e ao capitalismo que fagocita conhecimentos milenares, tentando destituir mulheres na sua diferenciação e singularidade é um modo de propor protagonismos que estavam impedidos e desautorizados (PAREDES, 2020). Logo, é fundamental trabalhar com a oralidade, com as memórias. Assim, as escritas de si ganham um estatuto de reparação política, social, subjetiva, cultural e histórica que é uma dívida de uma sociedade que excluiu vários grupos sociais. Opera-se uma descolonização da linguagem, da semântica, da semiótica, dos sistemas de interpretação, da linguística, dos símbolos, dos signos, das palavras e expressões culturais, sociais e psicossociais que possa destruir o que eram os edifícios do Ocidente assentados na História única. Adichie (2019) mostrou como é urgente destituir a ideia de apenas uma versão histórica dos acontecimentos como forma de produzir a escuta de outras possibilidades de existências e modos de vida que estavam impedidos de circular e serem conhecidos, em função da visão autoritária que governava arquivos, currículos, livros didáticos e a literatura em prol da manutenção dos privilégios de branquitude e heroificação de homens brancos europeus.

De acordo com Michelle Perrot (2005), a história foi contada apenas por homens, sendo que os enfoques utilizados eram com documentos de arquivos chamados oficiais do Estado e acervos que eram praticamente narrativas militares e de estadistas que falavam dos feitos de alguns homens construídos como heróis, em um viés nacionalista. Não se consideravam as fontes orais, os arquivos pessoais, documentos redigidos nas políticas públicas por profissionais em relatórios e prontuários. Não se trabalhava com arquivos de currículos, de jornais, músicas, panfletos, cartazes, fanzines, revistas, boletins, cartas, textos autobiográficos e biográficos (PERROT, 2005; PRIORE, 2020). No Brasil, Ecléa Bosi (2003) pro-

duziu diversas pesquisas em Psicologia Social, durante a sua trajetória de trabalho como docente na Universidade de São Paulo, no campo dos estudos das memórias, sobretudo, em relação aos(as) idosos(as), trabalhando com a relação entre memória e História. As pesquisas feitas por ela tornaram-se referência em termos de usos de arquivos orais, no âmbito da Psicologia brasileira.

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e muitas vezes de alimento e agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina repetia, inventava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas nasciam com nome e história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia. (EVARISTO, 2005, p. 1).

Essa interdição de arquivos acontecia em função de preconceitos e colonialidades. Ou seja, um amplo campo discursivo era excluído da História e desqualificado como fonte legítima. A cultura oral era e é fundamental para povos originários, pela população preta, por mulheres, por idosos(as), pelas comunidades segregadas nas chamadas periferias urbanas e por pessoas que foram escravizadas e torturadas (KILOMBA, 2011). Outro aspecto fundamental a destacar para Jeanne Marie Gagnebin (2006), é a memória como testemunho político e afetivo que foi por muito tempo esquecida e desprezada em função de representar um perigo para o Estado que perpetrou terrores atos brutais. Assim, o trabalho com a história de memórias de mulheres que sofreram violências e violações de direitos pelo abandono do Estado e até mesmo pela vitimização nas políticas chamadas de proteção estatais.

Arendt (2004) chamou a atenção para a importância de nos lembrarmos a respeito do que ocorreu no nazismo para que nunca mais permitamos que volte a acontecer. Também salientou que nada legitima a violência e que regimes autoritários, torturas, medo, ameaças, opressões e dominações não devem ser toleradas nem anistiadas. Mulheres que sofrem violências de gênero, violências conjugais, assédios sexuais, estupros, que são inferiorizadas pela sociedade patriarcal que ainda tenta manter a ideia de que homens têm a visão de posse sobre as vidas de mulheres e que, supostamente, acham que podem matá-las, violentá-las, anulá-las,

coisificá-las e patologizá-las. Por isso, é crucial abrir os arquivos das memórias de mulheres e das memórias das vidas amazônidas, sendo que essas lembranças e suas contações não podem ser únicas; devem ser múltiplas e não podem ser privilégio de um grupo que se autoriza como interlocutores(as) privilegiados(as) como detentores(as).

Libertar os discursos das sujeições impostas é criar insurreições dos saberes e movimentar o campo das subjetividades em seus modos de produção. Trata-se de desnaturalizar valores e abrir espaço para a alteridade e para que outras existências e vidas possam ser reconhecidas e possam acessar direitos, sendo protagonistas na escrita e na leitura. Assim, a história pode mostrar a ocupação de mulheres dos territórios que lhes eram proibidos e em que elas eram barradas de entrar. Autorizar-se a falar e a narrar o que mulheres viveram nas Amazônias e no Pantanal, por exemplo, é poder afirmar a quebra de preconceitos territoriais e de hierarquias das vozes pelos sexismos, capacitismos, gênero, classe social, etarismos e raça-etnia. As experiências delas precisam ser escritas por elas dos seus lugares de fala (FARGE, 2009; 2011; KILOMBA, 2019).

A colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente inseparáveis. Uma maneira de expressar isso é que a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero. Então, a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, hierárquico, permeado pela lógica moderna da dicotomização, não pode ser caracterizada como circulação de poder que organiza a esfera doméstica, como oposta ao domínio público da autoridade e a esfera do trabalho assalariado (e o acesso e controle da biologia de sexo e reprodução), como em contraste à intersubjetividade e ao saber cognitivo/epistêmico, ou como natureza oposta à cultura (LUGONES, 2014, p. 940).

Colocar em xeque a subalternização de mulheres e a singularidade de suas vivências é cada vez mais importante e crucial, em termos de uma política de pesquisa e de cuidado na saúde mental e coletiva também para saber outras memórias e histórias. Mulhe-

res quilombolas e indígenas, as da floresta e as dos territórios das águas podem contar várias experiências relevantes e compartilhar seus saberes locais.

MULHERES QUE FAZEM E ESCREVEM HISTÓRIA A PARTIR DOS SEUS LUGARES DE FALA

A escrita da História por meio de memórias orais de mulheres tem sido um instrumento de cura e cicatrização das feridas abertas pelas violências vividas e silenciamentos sofridos. Glória Anzaldúa (2000), em sua carta, intitulada “Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo”, que foi produzida por ela em 21 de maio de 1980, sendo publicada na língua portuguesa, no ano de 2000, há o destaque de como essa prática possibilitou sua cura, ao partilhar o documento com outras mulheres. Anzaldúa (2000), nos escritos que realiza demonstra seus sentimentos, emoções, medos, opressões vividas, raivas a elaborar, violências experienciadas a serem tratadas, feridas dolorosas a cicatrizar.

Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências. (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

No bojo deste movimento de mulheres na escrita de si, também Bell Hooks (2020) e Conceição Evaristo (2005) produziram escritas que, para elas, se tornaram curativas e poderosas forças de vigor e ousadia na ultrapassagem dos reveses de suas existências e diante das desigualdades sociais e econômicas que enfrentaram, semelhantemente a muitas outras mulheres de modos diversos, é óbvio. “Foram as experiências dolorosas que me incentivaram a lutar para ensinar de formas que fossem humanizadoras, que animassem o espírito de meus estudantes de maneira que eles se elevassem na direção de sua peculiar completude de pensar e de ser” (HOOKS, 2020, p. 69).

Nesse movimento de se curar e de legitimar a própria história como memória oral, a escritora negra Conceição Evaristo (2005)

criou um modo singular de fazer literatura por meio das suas experiências. Buscou, em suas lembranças de vida, criar um regime de verdade político e afetivo que possibilitou um cuidado de si e da cidade por meio da partilha atenta das marcas das existências das mulheres pretas no cotidiano experimentado de uma maneira geracional. Não se pode entender mulher como essência e a condição das mulheres é complexa e se diferencia a partir dos contextos e conjunturas das quais participaram e que experienciam nos seus territórios.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo. (EVARISTO, 2005, p. 2).

A quebra do silêncio no universo acadêmico, intelectual, na literatura e na prática profissional é um imenso desafio ainda para muitas mulheres em todos os cantos do mundo, sobretudo, para as mulheres que vivem no Hemisfério Sul, no continente africano, na América Latina e em alguns países da Ásia; até mesmo nos Estados Unidos e Europa. Se a mulher for preta, pobre e tiver menos escolarização do que o que é comum de quem viveu privilégios dos pactos de branquitude, a questão se torna mais complicada ainda em termos de processo de dominação (BENTO, 2022).

Infinitas vezes, os esforços das mulheres negras para falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam a oposição. Há um elo entre a imposição de silêncio que experimentamos e censura anti-intelectualismo em contextos predominantemente negros que deveriam ser um lugar de apoio (como um espaço onde só há mulheres negras), e aquela imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se dizem as mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas ou escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos (HOOKS, 2017, p. 95).

Segundo Tânia Regina Luca (2021), o conceito de geração, na História Oral tem sido um vetor relevante para pensar reproduções e singularizações nas vivências de ancestralidade e dos mundos que eram parte das subjetividades e sociabilidades de várias gerações de famílias, sobretudo, das subalternizadas pela História tradicional que era feita só por homens brancos de classes mais abastadas. Com efeito, essa ação política é fabricada também por Grada Kilomba (2019), em “Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano”. Neste livro, ela relata a importância de uma escrita que conta as próprias memórias como uma prática de plantar a diferença na literatura e nas instituições universitárias e editoras. Fazer este plantio é narrar e partilhar a escrita de si e trazer para a sociedade racismo e processos de colonialidades que foram vividos por pessoas pretas e pelas mulheres na escravização e os efeitos nas gerações atuais de brutal aniquilamento.

Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder (KILOMBA, 2011, s/p).

Tanto na produção artística de instalações quanto na sua vida acadêmica e criação literária, Kilomba (2019) se propôs a contar histórias que considera como sementes para curar-se pela escrita e pela elaboração das memórias na ação literária, bem como usar o ato político de testemunhar fontes históricas de mulheres advindas da oralidade é uma possibilidade de tecer a micropolítica pela trama histórica de uma forma singular. A História Oral nasce como aproximação maior da História com a Antropologia e a Psicologia (ROSENWEIN, 2011), a partir da ampliação dos temas, dos objetos de estudo na historiografia, do questionamento do silenciamento de vozes de grupos que não apareciam como quem produz História também na escrita e difusão dos documentos e na prática de análise de livros didáticos escolares, de bibliografias nos currículos universitários e pela ausência desses setores excluídos da História. Para Michelle Perrot (1998), no livro: “Os excluídos da

História: operários, mulheres e prisioneiros”, trazer estas pessoas não apenas para os livros, mas como autoras era um grande desafio na historiografia e no campo intelectual marcado por elitismos e privilégios bacharelescos das letras.

Rosenwein (2011) declara que estudar pela História Oral as emoções e sentimentos como tema e fazer dos mesmos problemática importante da escrita e da produção acadêmica tornou-se um importante imperativo político e social da contemporaneidade porque a subjetividade e a saúde mental e coletiva ganharam grande expressão como questão dos últimos dois séculos, na medida em que a vida privada entrava cada vez mais em evidência na relação com a esfera pública. Virgínia Woolf (2019), em “As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo”, afirma que não dá para dissociar o machismo e a violência contra as mulheres da lógica bélica, capitalista e misógina de dominação, terror, tortura, medo, opressão e história de brutalismos.

Por fim, ela enxugou as lágrimas. Por algum tempo, não conseguimos fazer sentido de nada do que ela dizia. Era muito estranho, em sua consciência, era muito estranho. [...] Ela nos disse que, como sabíamos, que passava a maior parte do tempo lendo na Biblioteca de Londres. [...] Ela não conseguia mais ler. ‘Os livros não eram o que nós pensávamos que eles fossem. [...] Passamos todas essas eras supondo que os homens fossem todos industriais e que suas obras tivessem, todas, o mesmo mérito. Enquanto trazíamos crianças ao mundo, eles, supúnhamos, traziam ao mundo os livros e as pinturas. Nós povoávamos o mundo. Eles o civilizavam. Mas agora que sabemos ler, o que nos impede de julgar os resultados? Antes de trazermos outra criança ao mundo, devemos jurar que iremos procurar saber que mundo é esse’ (WOOLF, 2019, p. 9-11).

Escutar as lágrimas e as palavras de indignação daquela moça foi um ato de ética por parte de Virgínia Woolf que é relatado no livro citado acima. É emblemática a citação e a análise feita a respeito da relação entre guerra e patriarcado. Portanto, urge problematizar por meio da escuta a violência de gênero como tirania não apenas da família e presente na conjugalidade, mas sua estruturação e reprodução pelo Estado. Em nome da proteção, mulheres podem ser psicopatologizadas e receberem diagnósticos de trans-

tornos ou ainda desqualificadas em suas histórias e memórias, culpabilizadas pelo que acontece com elas e com quem as cerca. O diálogo da História com a Psicologia foi sendo tecido, pois a Psicologia já atuava com histórias de vida como parte do seu ofício profissional. Logo, a História e a Antropologia podem aprender com a prática da escuta da oralidade realizada pela Psicologia como ofício profissional e com suas metodologias e teorias a respeito dos vínculos, acolhimento e trabalho com a elaboração das dores e ressignificação dos conflitos e traumas psicossociais. O encontro da Psicologia com a História e a Antropologia também opera um movimento de desnaturalizar o que já estava acomodado na atuação psicológica com laudos, psicodiagnósticos e usos de técnicas de avaliação que tiveram marcas de preconceitos e referendaram desigualdades.

A Psicologia deve aprender a escutar antes de descrever, analisar e diagnosticar. Essa escuta é da ordem da transformação, na qual é imprescindível despir-se de supostas análises prévias do discurso e da estilística de vida. A Psicologia, historicamente, ignorou muitas vozes e se sobrepôs a elas. (GORJON, 2021, p. 83).

Outro ponto significativo foi o encontro da História e da Psicologia na História Oral com a Antropologia, em especial, com os estudos sobre cultura, valores e memórias (RITIVOI, 2019). O uso do diário de campo na Antropologia passou a ser uma importante contribuição de antropólogos(as) para a Psicologia e para História transformarem suas metodologias de pesquisa e para que ambas passassem a dar atenção para grupos sociais e culturais que eram colocados às margens e, até mesmo, excluídos(as) da História e da Psicologia como protagonistas de suas vidas.

A Psicologia e outras ciências humanas, ao se descolonizarem, podem contribuir para a desconstrução histórica de padrões coloniais de dominação presentes nas diferentes dimensões da realidade social. É penetrando na complexa malha de significações da realidade e em suas construções histórico-culturais que a psicologia pode oferecer subsídios para que as diferentes populações possam articular o conjunto de saberes, princípios éticos, mundo simbólico-imaginário e conhecimentos ancestrais em um projeto crítico da colonialidade do poder. (GONÇALVES, 2016, p. 410).

A ausência desses modos de vida produzia uma lacuna de contato com a alteridade. Lugones (2014) compreende a lacuna literária e nas pesquisas que foram relatadas por ela como um desejo de colonialidade da Modernidade Ocidental que deve ser desmontado e totalmente rechaçado, pois é um processo de coisificação dos grupos silenciados e apagados do currículo e da história.

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Pelo exposto acima, o trabalho de Rovai (2017) conferiu destaque à História das Mulheres, no campo da oralidade e da escrita literária, no campo dos estudos psicológicos e na historiografia. A escrita de si de mulheres sobre suas memórias em diários de campo permite que outras mulheres possam ler e escutar as experiências umas das outras. Nesse sentido, Collins (2016; 2019) salientou quanto é fundamental aprender com os feminismos negros e torcer os saberes pela interseccionalidade também no campo das pesquisas, das leituras, das publicações e dos trabalhos com arquivos de memórias de mulheres.

A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinções de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p. 36-38).

As escrituras, no trabalho de Conceição Evaristo (2020) sobre a relação entre gênero articulada à raça/etnia e classe social para a produção da proliferação de vozes, consideram que eram apagadas e colocadas fora dos livros, ausentes dos arquivos estudados. Essa ação permite apresentar outras estéticas e modos de vida, novas maneiras de enxergar e vivenciar a relação com a alteridade por meio do contato com o belo que não pode ser apri-

sionado em privilégios de branquitude e da estética de homens europeus. Curriel (2020) vai na mesma aposta, ao propor o deslocamento de saberes pelos feminismos decoloniais como posicionamento político e ético de questionamento das colonialidades.

É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomadas de decisão são hegemonicamente brancos. Ela quem afirma “o negro é o outro do belo”. É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros (SANTOS, 1983, p. 29).

Também Gomes (2017), em seu livro: “Movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação”, ressaltou o quanto a partilha das memórias das disputas e de movimentos sociais podem ensinar e produzir transformações libertárias. Assim, traz à tona a História Oral do movimento negro como um dispositivo de resistência na educação cotidiana. Lélia Gonzalez (2020) vai além e lembra que o preconceito linguístico é outro grande problema na relação com a literatura e com os saberes orais no Brasil.

Ela propõe o pretuguês como linguagem a ser valorizada e incorporada no campo valorativo do sistema de ensino, de pesquisa, editorial e no plano dos processos de reconhecimento social e cultural. Questiona a primazia da herança ibero-portuguesa da língua nas instituições que reproduzem uma gramática que opera por um eurocentrismo no Brasil e exclui linguagens advindas da relação com os povos africanos que foram sequestrados e trazidos para o país escravizados. A História Oral das pessoas pretas é um gesto de reparação histórica que não pode ser protelado e negado de modo algum (MATTOS, 2016). Na mesma direção, Paredes (2020) diz o mesmo em relação às memórias das mulheres indígenas e da América Latina que não tinham lugar nas escritas majoritárias dos feminismos brancos de herança europeia, reproduzidos nos países latino-americanos, nas pesquisas e universidades.

Para Lélia Gonzalez (2020), não contar as histórias desses povos, negar seus direitos à memória e desautorizar suas falas, escrita e culturas foi mais uma violência que foi realizada contra o povo preto, no Brasil. Portanto, ela defende que o pretuguês seja empregado e que se quebre o preconceito linguístico. Assim, a História Oral passou a valorizar a oralidade em pretuguês e incorporou as

diferenças culturais e as expressões das linguagens como produção de subjetividade e campo profícuo de estudos das memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conversações entre História Oral, Psicologia e Antropologia nos encontros com o campo da literatura produzida por mulheres e com os usos de fontes orais nos estudos das memórias é um importante trabalho a ser incorporado nas pesquisas e nas publicações, tanto nas universidades quanto nos currículos de todos os níveis de ensino.

Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em contas as especificidades que definem o que é ser mulher neste e naquele caso. (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Este artigo tentou trazer algumas linhas de análise da emergência de um campo de possibilidade de pesquisa com arquivos orais e de como é significativo realizar uma escrita de si enquanto cura, produção de saúde e elaboração de situações de tortura, escravização, opressões, dominações, silenciamentos e interdições. Trazer à tona os preconceitos linguísticos e a ausência de mulheres na escrita e lidas, especialmente, a partir das memórias orais foi um objetivo deste texto. Abordou-se um debate a respeito da quebra do silenciamento e da função educativa da inflexão que trouxeram mulheres negras e latino-americanas nos movimentos feministas e nas instituições de pesquisa e educação. Concluindo, apostou-se em pistas de reparação de dívidas históricas como mecanismo de justiça social com as mulheres amazônicas e pantaneiras de ampliação das fontes, temas, metodologias e práticas de escrita e leitura que consideram a alteridade, que contribuam efetivamente para a ruptura com preconceitos inúmeros e modalidades de violências contra mulheres. Ao invés de violentadas, as mulheres se tornam protagonistas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo**, 2000. Disponível em: <http://files.cer-comp.ufg.br/web/16/o/anzaldua.pdf>. Acesso em: 03 Abr. 2023.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro: 2011.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**; Tradução Jamille Pinheiro Dias- 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Varejão, Adriana. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

EVARISTO, C. "Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face". In: Moreira, Nadilza Maria de Barros; Schneider, Liane. **Mulheres no mundo – etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia/ Editora Universitária – UFPB, 2005. p. 201 – 212.

EVARISTO, C. **Escrivência: a Escrita de Nós - Reflexões Sobre a Obra de Conceição**. Belo Horizonte: Mina, 2020.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EdUSP, 2009.

FARGE, A. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMES, N. L.. **O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Varejão, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Elefante, 2017.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, G. **Palestra-Performance: “descolonizando o conhecimento”**. Traduzida por: Jéssica Oliveira, organizada pelo Instituto Goethe- São Paulo, 2011. Disponível em: <http://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: 18 Abr. 2023.

Kilomba, Grada. **Memórias de uma plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUCA, T. R. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, N. 9: 73-101, 2008. ISSN 1794-2489

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo decolonial. **Revista estudos feministas**. v. 22 n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 03 Abr. 2023.

MATTOS, H. **História oral e comunidade. Reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PAREDES, J. Uma ruptura epistemológica com o Feminismo ocidental. In: Varejão, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** - 1. ed - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

PRIORE, M. DEL. **Sobreviventes e guerreiras. Uma breve História das Mulheres no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

RITIVOI, A. D.. **Empatia, intersubjetividade e compreensão narrativa. Lendo histórias, lendo as vidas (dos outros)**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ROSENWEIN, B. H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres. Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e justiça social**. São Paulo: Garamond, 2021.

WOOLF, V. **As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra. Patriarcado e militarismos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.